

## Fontes históricas: rotina de leitura e experiência de pesquisa

*Edriana Aparecida Nolasco*<sup>1</sup>

**Resumo:** Sabemos da importância das fontes históricas para a produção de pesquisas e trabalhos realizados na área de história. Entre eles, os documentos primários representam uma preciosa fonte capaz de “revelar-nos” o passado. Nas entrelinhas dos mesmos podemos desvendar acontecimentos do cotidiano, práticas individuais e coletivas que nos auxiliam como historiadores e pesquisadores na produção do conhecimento nos mais variados aspectos da sociedade. Por isso, é fundamentalmente importante conhecer os documentos com os quais lidamos no dia a dia para que nossa prática de pesquisa possa ser eficiente e contributiva no sentido de revelar, para além do manuscrito, realidades vividas. Algumas técnicas elementares são essencialmente importantes para que a leitura, coleta de dados e/ou transcrição das fontes escritas não sejam um trabalho árduo e cansativo. Acreditamos que apesar das danificações materiais presentes no suporte documental causados pelo tempo e ainda os problemas relacionados à escrita, seja possível por meio da prática e algumas técnicas de leitura, proceder a pesquisa de modo coerente. Elementos como a contextualização do texto, a sequência dos dados, a organização do maço documental, a frequência de informações e até a ausência das mesmas devem ser considerados, bem como os fatores da produção, organização e conservação arquivística que são submetidos os documentos. Deste modo, este artigo tem por objetivo apresentar através, de uma experiência pessoal, algumas técnicas e práticas de pesquisa em alguns documentos escritos mais comumente consultados (inventários, testamentos e registros eclesiais), e importantes para a produção do conhecimento.

**Palavras-chave:** Fontes históricas. Pesquisador. Experiência. Técnica de pesquisa

**Abstract:** We know the importance of historical sources for the production of researches and works realized in the area of history. Among them, the primary documents represent a valuable source able to “tell us” about the past. Between lines of these documents can unravel everyday events, individual and collective practices that help us as historian and researchers in the production of knowledge in various aspects of society. Therefore, it is fundamentally important to know the documents we deal with on a daily basis for our research practice can be effective and contributory in the sense of revealing, in addition to the manuscript, realities

<sup>1</sup> Mestranda em História na Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ).

lived. Some basic techniques are essentially important for the reading, data collection and / or transcription of written sources for the work not be hard and tiring. We believe that despite the damage materials in the supporting documentation caused by the time and still the problems related to writing, be possible through the practice and some reading techniques, carry out research in a coherent way. Elements such as contextualization of the text, the sequence data, the organization of the packet of documents, the frequency of information and even the lack of them should be considered, as well as factors of production, organization and conservation arquivística that the documents are submitted. Thus, this paper aims to show through, a personal experience, some techniques and practices of research in some written documents commonly consulted (inventories, wills and ecclesiastical register), and important for the production of knowledge.

**Keywords:** Historical sources. Researcher. Experience. Technical research.

### **Experiência: um relato pessoal em “outros tempos”**

Minha experiência com documentos nos últimos anos tem me permitido visualizar e visitar outros espaços, outras vidas e contextos, nos quais os personagens se revelavam pessoalmente e seu cotidiano se tornava “alcançável” pela imaginação. Minhas atividades de transcrição correspondiam às orientações dos diversos pesquisadores para os quais prestei e ainda presto serviços. Porém, minha curiosidade em relação àqueles documentos levou-me a “visitar” as moradas de casas nas áreas urbanas e rurais, as casas térreas e assobradadas, envidraçadas ou não, muitas forradas e assoalhadas. Penetrei no interior destas mesmas casas e admirei seus móveis como, os armários, alguns bastante ordinários, as cômodas em bom uso, as mesas com gavetas, os tamboretos de palhinha, os bancos com ou sem encosto; as cadeiras de sola, os espreguiceiros, os teares, os catres de armação, os baús com suas fechaduras, os oratórios com suas imagens, os crucifixos que expressavam a

devoção religiosa, os candeeiros de latão, as estantes, compostas de vários livros e, por vezes, quadros pendurados nas paredes, um tinteiro e papéis para escrever. Na composição deste cenário também percebi que havia diversos utensílios de uso doméstico como as xicolateiras, as bacias de arame, as garrafas de vidro, as bacias e jarros de estanho, os pratos, os tachos de cobs grandes e pequenos, as escumadeiras, os garfos e colheres de prata. No que se refere às peças íntimas pude ver as saias de carmesim e de lemiste usada por mulheres forras e brancas, as toalhas de mãos de algodão, vários lençóis, os calções de veludo, os capotes de baetão azul, além das joias expressas em brincos de ouro, relógios, colares etc.

Além disto, nas fazendas e sítios, pude caminhar pelos terreiros das casas de vivenda nas áreas rurais e ver as árvores de espinhos, e não raro os bananais e laranjeiras, não muito distante os moinhos, monjolo, senzalas, e claro, os escravos que ali habitavam. Ao longe avistava os matos virgens, as plantações de milho, arroz e feijão, as terras de cultura e campos de criar, cercados por muros

de pedra e/ou cercas de madeira. Sem falar dos porcos de terreiro com suas crias, das vacas solteiras, dos bois de carro, carneiros, ovelhas, éguas, cavalos e as recorrentes bestas de cargas. Visitei também diversas paragens - locais de pouso dos tropeiros - que comerciavam nos caminhos das vilas mineiras, quase ouvi seus “contos” e “causos” das experiências vividas nas longas viagens. Nas vilas urbanas, conheci o comércio de secos e molhados, as boticas, os becos e as igrejas com seus túmulos no interior. Assisti a posse de terras devolutas doadas em sesmarias na qual o sesmeiro cavava o chão e cortava ramos num ritual intensamente significativo, depois claro, de ter acompanhado a medição e demarcação das mesmas pelos louvados, através do marco do denominado pião.

Fui cúmplice também de vários crimes cometidos na história, vi escravos matando senhores depois de pedir a bênção noturna, as tocaias de famílias inteiras nos matos que aguardavam a passagem das vítimas de agressão, mães escravas assassinando seus filhos ainda bebês no monjolo, brancos matando negros com pedradas, muitos destes assassinatos cometidos por vingança, dívidas, pela invasão das fronteiras, e outras tantas e múltiplas razões que não nos cabe justificar. E ainda, acompanhei o negro “Ventura”, líder dos escravos, numa grande revolta que resultou no massacre violento de vários elementos de uma mesma família no sul de Minas.

Na intimidade, pude ver os deflo-ramentos “forçados” que desonravam as

donzelas, ouvir os batuques promovidos pelo “Juca Parelheiro” durante a noite na vila num ajuntamento de escravos, libertos e outros, e ainda, acompanhar as tradicionais procissões que ostentavam e ainda ostentam o espetáculo da fé católica. Assisti também os preparativos para a aclamação do Imperador em 1824 presentes nos requerimentos dos homens da elite das diversas vilas mineiras e as mulheres reunidas na Igreja de São Francisco para impedir o alistamento militar dos maridos e a conseqüente ausência dos mesmos.

Quase ouvia o choro das crianças nascendo, embora algumas delas não choraram e faleceram logo após seu nascimento, por isso foram batizadas em caráter de urgência. Pude ver também quando as pessoas morriam com os sacramentos ou repentinamente, vítimas de desastres como a queda de um pardo da torre da igreja de São Francisco. Vi muitos moribundos testarem suas vontades e expressarem seus sentimentos, ideias, valores e crenças, e ainda, acompanhei as liberdades concedidas ou conquistadas como possibilidade de ascensão social e/ou de uma vida mendicante na hospitalidade dos hospitais.

Também acompanhei de perto os trâmites burocráticos da Igreja na investigação da vida de jovens candidatos ao sacerdócio presente nos *De Génères vitae et Moribus*, assisti aos litígios familiares em torno da disputa da herança de diversos falecidos. Além de tudo, acompanhei a trajetória de várias crianças sob a responsabilidade de um tutor, pude ver

os meninos aprendendo as primeiras letras e as meninas aprenderem a “cozer, tecer e fiar”, e, posteriormente, o envolvimento de alguns destes herdeiros em contratos de casamento com pessoas da “sua igualha”.

Entre os crimes, querelas, libelos, inventários, testamentos, registros, escrituras públicas, sesmarias, requerimentos e outros documentos que tenho me envolvido nestes últimos anos, confesso que vi e percebi detalhes e situações do cotidiano surpreendentes e inimagináveis. Assim, o passado tem se “revelado” aos meus olhos a partir da leitura e coleta de dados de documentos escritos. Embora, devam ser submetidos à análise crítica de que se servem os historiadores, os documentos nos transportam para uma realidade na qual os detalhes do cotidiano são percebidos enquanto instrumentos significativos, expressando os valores e a cultura de uma determinada sociedade. Deste modo, estes manuscritos compõem a diversidade das fontes históricas, que representam um instrumento de trabalho fundamental para o pesquisador.

### **A importância da fonte histórica**

Atualmente, a construção do conhecimento histórico tem por baliza a análise de fontes. Estas são representadas por vestígios que foram produzidos pela sociedade passada e legadas aos historiadores como base para construção de teorias explicativas em torno dos processos sociais históricos. Kalina Silva e Ma-

ciel Silva definem fonte histórica como sendo, “[...] tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico.”<sup>2</sup>

Em outras palavras, são vestígios produzidos pela sociedade no decorrer do tempo e deixadas aos historiadores e pesquisadores para produzirem o conhecimento.

Entretanto, nem sempre as fontes escritas foram utilizadas “adequadamente” para o exercício da pesquisa. Na origem da sua utilização, os documentos embasaram uma concepção na qual eram responsáveis pela revelação da verdade, este momento refere-se à corrente positivista, na qual o documento era a prova concreta do passado e não precisava ser interpretado. Foi somente a partir da década de 30 com a Revista do *Annales* é que as possibilidades interpretativas dos documentos pelos historiadores foram consideradas e estas foram efetivadas com a Nova História, na medida em estes remetiam questões às fontes escritas.<sup>3</sup>

Deste modo, entendemos que os manuscritos são fundamentalmente importantes para a investigação historiográfica. Eles possibilitam a revelação de detalhes pessoais do sujeito, do cotidiano vivido e os traços da sociedade analisada. Através dos documentos, há a possibilidade de “mergulharmos” na experiência

<sup>2</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 158.

<sup>3</sup> Idem. 2010, pp. 158-159.

do objeto estudado, podendo confrontar tais indicativos com as teorias acerca do mesmo. Porém, este mergulho é indireto, tendo em vista que as fontes escritas representam testemunhos indiretos da realidade do passado.

Daí, entendemos que as fontes históricas representam um importante instrumento de pesquisa para o historiador ao evidenciarem a vida passada que nos são legadas em diversos tipos de documentos. Tais fontes nos permitem “visualizar” o passado, penetrar no cotidiano da sociedade e perceber a cultura, valores, crenças etc. que determinaram a vida dos nossos antepassados, orientando suas ações, costumes e modos de vida. Assim, contribuem sobremaneira para a construção do conhecimento na área de história, pois, através das fontes, os historiadores mantêm contato com as realidades passadas e podem construir hipóteses, levantar questões e produzir o conhecimento ao tatearem o passado.

Embora, os documentos eleitos para analisarmos neste artigo correspondam a alguns documentos escritos, há uma diversidade de fontes históricas que atualmente tem-se revelado como subsídio na construção do conhecimento pelo historiador. As fontes históricas são inúmeras e abundantes e possibilita uma análise “direta” do cotidiano vivido por diversas pessoas, sua cultura material, intenções e revelações pessoais e as redes de sociabilidade. Nas palavras de Marc Bloch, “[...] a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que

fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele.”<sup>4</sup> Deste modo, tudo o que existe e faz parte da vida humana, tudo aquilo que o homem lida no seu dia a dia, pode informar algo sobre a sua realidade, daí a aceitação da diversidade de fontes históricas.

Corroborando com essa ideia, Marcos Napolitano ao afirmar que, “cada vez mais, tudo é dado a ver e ouvir, fatos importantes e banais, pessoas públicas e influentes ou anônimas e comuns. Esse fenômeno, já secular, não pode passar despercebido pelos historiadores, [...]”<sup>5</sup> Deste modo, elementos pessoais, da vida privada e pública representam valiosos instrumentos de pesquisa na atualidade. Entre estes elementos, podemos citar as cartas, diários, fotografias, música, televisão, filmes, documentários, literatura de cordel, pinturas, imagens, vestimenta, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, livros, internet, discursos, vestígios arqueológicos como as pinturas rupestres, e ainda os grupos e espaços de manifestações culturais, as técnicas de produção de determinados alimentos, como o queijo e outros, todos estes elementos podem se configurar como fontes de estudos na área de história. Na perspectiva de Kalina Silva e Maciel Silva, nas últimas décadas do século XX, foram desenvolvidas múltiplas pesquisas nas

<sup>4</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 79.

<sup>5</sup> NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos e outros. (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 235.

diversas fontes, assim as receitas, relicários, ex-votos, todos os tipos de registros de imagens, além das várias formas de literatura entre outras foram consideradas.<sup>6</sup>

As fontes históricas se submetem a diversas classificações, considerando a sua diversidade podemos admitir uma “infinitude” de divisões e subdivisões. Em resumo, elas podem ser materiais, orais, iconográficas e escritas. As fontes materiais são os vestígios da atividade humana, monumentos, moedas, instrumentos de trabalhos, fontes arqueológicas, entre outras; as orais são as informações provenientes da memória passada de geração em geração; as iconográficas representam imagens (gravuras, fotografias, filmes etc); e as escritas podem ser manuscritas e impressas e se diferenciam pelo suporte e técnica.

Estas últimas, as fontes escritas são subdivididas em fontes eclesíásticas, cartográficas e cartoriais. As fontes eclesíásticas são aquelas que foram produzidas pela Igreja no período em que a mesma esteve intimamente ligada ao Estado por meio do padroado. Este sistema representou um acordo realizado entre a Igreja e o Estado Português, no qual havia obrigações e deveres entre as partes. A religião católica se tornou oficial no Estado português e nos seus domínios, cabia à Igreja a difusão da obediência dos colonizados ao poder do Estado. Por sua vez, os encargos da Coroa em relação à

Igreja, segundo Boris Fausto, pelo menos no caso português, revelavam uma maior subordinação da Igreja ao Estado, “como é o caso da incumbência de remunerar o clero e de construir e zelar pela conservação dos edifícios destinados ao culto.”<sup>7</sup> Neste sentido, os registros de nascimentos, casamentos e óbitos eram elaborados pela Igreja em nome do Estado e só vieram a ser produzidos pelo Estado após a República, em 1890. Tais documentos eram responsáveis por conferir cidadania aos indivíduos e geralmente ficavam e ainda ficam sob a guarda da Igreja Matriz e das cúrias e se compõem pelos Registros de Batismos, Casamentos e Óbitos, estes são os principais, mas ainda existem diversos como, as Devassas Eclesiásticas, os Processos matrimoniais, os Processos *De Generes* entre outros.

Por sua vez, as fontes cartográficas e cartoriais podem ser encontradas em diversos arquivos, sejam eles públicos ou particulares, e se constituem por variados tipos de documentos. Em sua maioria são documentos que tratam da vida do indivíduo em todas as esferas e demandas sociais. Como exemplo, podemos citar as Sesmarias, Processos crimes, Libelos, Querelas, Rol dos Culpados, Livros de Notas, Testamentos, Inventários, Títulos Eleitorais, Termos de tutela, Mapas etc. Estes documentos representam vestígios legados pela sociedade que tratam da vida dos antepassados e refletem

<sup>6</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Op. Cit. 2010, p. 159.

<sup>7</sup> FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2011. p. 29.

a realidade de alguma forma. A pesquisa em tais fontes escritas nos permite perceber indicativos da trajetória de vida das pessoas e das suas questões pessoais, materiais e conflituosas. Este tipo de fonte pode fornecer dados quantitativos e qualitativos, embora alguns deles sejam mais específicos, se considerarmos estes fatores. E ainda, há a possibilidade do uso destes aspectos no seu conjunto, pois dependendo da perspectiva do pesquisador a utilização dos dados pode ser tanto quantitativas como qualitativas.

São estes documentos escritos, guardados em arquivos que possibilitam ao pesquisador, como já fora mencionado, o contato “real” com os acontecimentos do passado. Porém, tais documentos não refletem por si mesmo o cotidiano, senão observado na atividade de pesquisa e selecionado convenientemente para a construção do conhecimento histórico. Mas, quem é o pesquisador? Qual o seu perfil? Quais interesses devem nortear seu trabalho? Quais elementos devem compor sua atividade de pesquisa? Quais habilidades devem possuir para facilitar sua prática? Estas e outras questões são fundamentais para pensarmos sobre o pesquisador e o desenvolvimento de sua atividade de pesquisa.

### **O perfil do pesquisador e a atividade de pesquisa**

Não há uma receita pronta para definirmos um bom pesquisador, mas alguns elementos podem ser considerados para que este alcance êxito na sua atividade de

pesquisa. Algumas habilidades e competências são fundamentais para que o procedimento de pesquisa seja qualitativo. Inicialmente e de modo elementar cabe citarmos o gosto pela pesquisa. Tendo por base minha experiência na área, acreditamos que gostar de pesquisar seja a premissa para a atividade do pesquisador. Todo bom pesquisador deve gostar de pesquisar. A relação com o documento, muitas vezes é uma tarefa árdua, morosa e ainda insalubre, mas se há prazer pessoal na atividade acreditamos na possibilidade e na eficácia do trabalho.

Outro dado, não menos importante é a necessidade de pressupostos teóricos e metodológicos para a realização da atividade de pesquisa. É necessário saber antecipadamente o que se quer, afinal, ao pesquisador cabe elaborar questões e hipóteses acerca da fonte pesquisada, mas para isso deve prioritariamente conhecer a realidade investigada e ter definido o que procura em determinado documento. “[...] os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los.”<sup>8</sup> De acordo com esta afirmativa de Marc Bloch, não há como pesquisar sem elaborar questões acerca da fonte pesquisada. Assim, o embasamento teórico, a pré-definição das informações que devem ser coletadas, seguidas das questões apropriadas, deve orientar o pesquisador na prática de pesquisa. Da mesma forma, saber o que quer exige uma pré-definição da pesquisa, do objeto de estudo, para anotação completa e correta dos dados e ainda da seleção apropriada do docu-

<sup>8</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 2001, p. 79.

mento. Tais fatores exigem uma pré-disposição para o conhecimento do contexto a ser pesquisado e o domínio das teorias acerca do tema de estudo. Estes princípios são fundamentais na atividade do pesquisador e, se utilizados na prática, permitem que as informações presentes no documento possam facilitar a abordagem histórica do pesquisador. Conforme Eni Samara e Ismênia Tupy,

[...] demanda do pesquisador um conhecimento especializado que toma como ponto de partida o entendimento aprofundado de bibliografias gerais sobre o tema proposto. São dessas informações prévias, obedecendo à lógica da acumulação do conhecimento histórico, que se define um pressuposto essencial à pesquisa: a seleção e a localização de documentos.<sup>9</sup>

Entendemos então que existem algumas condições prévias que auxiliam de imediato a prática de pesquisa. Estas, quando consideradas, se tornam importantes à medida que definem os rumos do pesquisador, pelo menos no que diz respeito à seleção dos documentos e a possível localização das informações desejadas.

Outro elemento importante é a curiosidade, esta é um dado fundamental para o exercício desta atividade, afinal, por meio dela é que ocorre o enriquecimento dos dados da pesquisa na lida com o documento. A curiosidade conduz

o pesquisador a ler o documento pesquisado observando a sua especificidade. Para além de uma pesquisa mecânica, requer uma leitura atenta às continuidades e rupturas presentes na estrutura definidora dos documentos. Por exemplo, através da curiosidade na leitura de um testamento o pesquisador pode encontrar informações incomuns que revelem dados sobre a vida das pessoas envolvidas naquele processo.

Ainda devemos considerar a persistência diante das possíveis dificuldades na grafia bem como no suporte documental. Quanto à grafia, sabemos da existência de cursos específicos para a decodificação das mesmas, como é o caso da Paleografia, porém, embora o curso forneça alguns elementos essenciais para a técnica de leitura, acreditamos que apenas a rotina de pesquisa seguida da persistência diante do documento favorecerá um real aprendizado. Deste modo, conhecer a composição do documento torna-se indispensável para facilitar a leitura e transcrição dos dados. O suporte documental, mediante o seu estado de conservação pode oferecer dificuldades no manuseio e leitura. As danificações presentes no documento causadas pelo tempo e condições de guarda não representa impedimento para a pesquisa, desde que o historiador seja persistente, e, munido do conhecimento da estrutura documental, possa realizar a pesquisa, ainda que se depare com estas dificuldades.

No ato da transcrição, coletar da-

<sup>9</sup> SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & documento e metodologia de pesquisa*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 79.



dos em demasia deve ser o referencial na prática do pesquisador, na medida em que o “excesso” de informações coletadas supera a ausência e pode fornecer mais elementos para discussão teórica. A coleta de dados deve obedecer aos tipos de informações julgadas importantes para a abordagem histórica, que abrangem, desde o preenchimento de fichas previamente elaboradas como a transcrição parcial ou integral dos elementos.

Por sua vez, o compromisso profissional representa um fator que confere credibilidade ao trabalho de pesquisa. Todo pesquisador deve se comprometer com a sua atividade, pois é a partir deste comprometimento que os argumentos elaborados com os dados coletados adquirem consistência. O contato com o suporte documental é uma realidade na vida do pesquisador, o cuidado e respeito a este material implicam no seu comprometimento com o trabalho e responsabilidade para com a manutenção do mesmo. Neste sentido, deve ser levada em conta a estrutura organizacional arquivística, pois esta, de certa forma, também confere autenticidade na utilização das fontes escritas. Portanto, há a necessidade de ficar atento à organização do arquivo, embora, não seja responsável por isto, o pesquisador poderá conhecer melhor o material em mãos e perceber os limites e/ou normas da instituição de guarda dos arquivos.

Na atividade de pesquisa, é fundamental percebermos que todo documento apresenta uma sequência de informações, semelhantes entre os seus diversos

tipos. Assim, todos os inventários apresentam uma similaridade nas informações contidas, ainda que haja alterações em menor ou maior grau. Desta forma, cabe ao pesquisador inicialmente buscar conhecer o documento na sua integralidade, ler todo o documento permite o conhecimento da estrutura de produção do mesmo. Deste modo, haverá facilidade na coleta dos dados, na medida em que o pesquisador domine a estrutura do texto, suas nuances e possíveis alterações.

Outro fator indispensável ao pesquisador é considerar o contexto do texto produzido. “Todo documento histórico guarda íntima e direta relação com o contexto histórico que o produziu.”<sup>10</sup> Da mesma forma, afirmam Kalina Silva e Maciel Silva, “[...] questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre ele, mas também conhecer sua origem, sua ligação com a sociedade que o produziu.”<sup>11</sup> Tendo em vista que os documentos escritos, bem como qualquer outra fonte histórica “revelam” aspectos para além do indivíduo, ou seja, retratam a sociedade na qual foi elaborado, tal realidade exige do pesquisador uma postura crítica. Daí, a necessidade de pensarmos na realidade de produção

<sup>10</sup> PEREIRA NETO, André de Faria. O uso de documentos escritos no ensino de história: premissas e bases para uma didática construtivista. In: *História & Ensino*: Revista do Laboratório de Ensino de História. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina – vol, 1 (Abr. 1995) Londrina Ed. UEL. 1995, p. 156.

<sup>11</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Op. Cit. 2010, p. 159.

daquele texto, nas intenções de quem o escreveu e para quem foi escrito. Conforme Carlos Bacellar,

[...] ao iniciar a pesquisa documental, já dissemos que é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental, mas surpreende que muitos ainda deixem de lado tais preocupações. Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador! Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu.<sup>12</sup>

A partir da citação acima, percebemos a necessidade do pesquisador procurar conhecer o documento com o qual lida no dia a dia. Isto implica em considerar as condições de produção do mesmo, a intencionalidade que envolve tal elaboração e o sujeito responsável pela escrita, munido de suas intenções e individualidade. É necessário considerarmos que para além da realidade vivida pelos autores da época, o contexto de produção pode indicar o lugar social, político e econômico do indivíduo. Da mesma forma, Marc Bloch já assinalava para o cuidado com as fontes documentais ao considerar que estes indícios do passado devem ser pesquisados tendo por base que os mes-

mos são testemunhos imperfeitos, por isso sujeito à crítica.<sup>13</sup> Daí, a necessidade do pesquisador assumir uma atitude crítica diante das fontes escritas, embora estas sejam “reveladoras” da realidade representando a única testemunha “concreta” do passado.

Ciro Cardoso, ao tratar da crítica documental, afirma que o conhecimento histórico tem por base a observação indireta dos fatos históricos por meio dos testemunhos conservados.<sup>14</sup> Tal questão também foi apontada por Julio Aróstegui quando afirmou que o objeto de pesquisa do historiador não é “diretamente observável” (grifo do autor).<sup>15</sup> Assim, podemos afirmar, considerando que os acontecimentos do passado não são diretamente observáveis, através da pesquisa, há, portanto, a necessidade de uma interpretação do pesquisador eivada pela criticidade. Deste modo, não há possibilidade de construirmos argumentos relacionados ao objeto de pesquisa se não considerarmos a análise crítica da fonte.

Tais documentos, como percebemos, foram e são fundamentais para o desenvolvimento de discursos históricos mais precisos, levando em conta que as fontes representam traços “originais” da realidade do passado. Jim Sharpe chama atenção para a importância destas fontes pelo fato de que as mesmas ao

<sup>12</sup> BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos e outros. (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 63.

<sup>13</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 95.

<sup>14</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma Introdução a história*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 50.

<sup>15</sup> ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006. p. 308.

serem compiladas não foram pensadas conscientemente como legado à posteridade.<sup>16</sup> No entanto, tais fontes refletem o passado, de alguma forma, e representa o instrumento de trabalho do historiador. Entendemos que as mesmas são responsáveis por tornar as experiências humanas do passado acessíveis ao pesquisador. Neste sentido, torna-se fundamentalmente importante para o enriquecimento da compreensão do passado, através da interpretação, que é fruto de uma atitude crítica do pesquisador.

Ainda nesta perspectiva, Julio Aróstegui chama a atenção para o uso e manuseio de tais fontes, "(...) o historiador não pode se limitar a transcrever simplesmente o que dizem os documentos (...)... o historiador tem de explicar." A explicação sugerida pelo referido autor é o resultado da interpretação das fontes, estas devem ser produzidas pelo historiador ao abordar o documento escrito. O referido autor contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento desta questão ao assinalar a importância de procedimentos metódicos e rigorosos na prática da pesquisa. Para o autor, a experiência de pesquisa deve ser permeada por reflexões críticas. Deve-se ter em mente que tipo de contribuição historiográfica uma

pesquisa representa na construção e reconstrução do conhecimento. Porém, tal contribuição deve ser pensada e desenvolvida com base teórica e metodológica levando em conta como ela pode se estabelecer enquanto resultado do trabalho do historiador.<sup>17</sup> A atitude crítica do pesquisador determina a excelência na argumentação ao manusear os dados da fonte escrita, daí, a necessidade de considerar os aspectos acima mencionados considerando a parcialidade na produção do documento. A questão da parcialidade deve ser considerada pelo fato de que nenhum historiador consegue ser neutro nas suas interpretações, o resultado da construção do conhecimento de um modo geral e, neste caso, através dos manuscritos, revelam a individualidade, a visão de mundo e o tempo que circunda o pesquisador.

Outro elemento a ser considerado, diz respeito à "ausência" das informações presentes no texto documental. Embora possamos considerar as fontes históricas como testemunhas da realidade do passado que nos informam sobre a vida e a sociedade do período eleito para pesquisa, é preciso ir além das fontes e buscar entender aquilo que elas não dizem, ou seja, o bom pesquisador lê nas entrelinhas do documento e através da imaginação pode produzir o conhecimento. Muitas vezes não encontramos de imediato aquilo que tencionamos buscar através dos documentos, mas é neste momento que devemos

<sup>16</sup> Segundo o autor, "na verdade, os historiadores sociais e econômicos estão empregando cada vez mais tipos de documentação, cuja real utilidade como evidência histórica repousa no fato de que seus compiladores não estavam deliberada e conscientemente registrando para a posteridade." In: SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 48.

<sup>17</sup> ARÓSTEGUI, Julio. Op. Cit. 2006, pp. 304-309.

utilizar a imaginação para viabilizar a pesquisa através de conjecturas pertinentes à realidade observada por meios das fontes. É necessário usar a imaginação para avançar para além daquilo que as fontes nos permitem apreender, porém, tal procedimento exige cuidado para que não haja deturpações das informações presentes no suporte documental.

Como já fora mencionado, as fontes escritas são diversas e possibilitam a análise de dados historiográficos de toda ordem. Assim, as informações coletadas podem traduzir diversos tipos de argumentos caracterizados por várias perspectivas históricas. Os temas relativos aos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais podem ser abordados, por meio dos elementos presentes nos variados tipos de fontes.

### **Tipos de fontes**

Já mencionamos sobre a importância das fontes escritas para o pesquisador ao construir o conhecimento histórico através dos dados presentes nas mesmas. Elas nos fornecem indicativos da realidade do passado, ao passo que traduzem o contexto social e as práticas administrativas da época. Neste sentido, torna-se importante explorar alguns documentos mais comuns na atividade de pesquisa do historiador. No nosso caso, optamos por três tipos de documentos, os registros eclesiásticos que se relacionam à cidadania do indivíduo, os testamentos e inventários que tratam especificamente da vida material e pessoal do falecido.

No caso, dos registros eclesiásticos, segundo Iraci del Nero da Costa, estes “[...] ocupam lugar central no desenvolvimento da demografia histórica, pois foi a partir de seu tratamento sistemático que os fundadores deste ramo da ciência social chegaram a formular a técnica da reconstituição das famílias, [...]”<sup>18</sup> Através destes registros há a possibilidade de mensurarmos a legitimidade e/ou ilegitimidade da população, fato este que permite percebermos a constituição das famílias, a oscilação da ilegitimidade como fator revelador dos modos de viver e dos valores vivenciados na sociedade.

Outro indicativo possível de ser considerado através dos registros de batismos, casamentos e óbitos diz respeito à hierarquia social, pois dependendo da condição social do indivíduo os registros são mais ou menos complexos. No caso de pessoas que possuíam poucos recursos, as informações são breves, diferente dos casos de pessoas mais ricas, nas quais as informações são muito mais completas, possibilitando, por exemplo, reunir informações familiares detalhadas.

Os assentos de batismos contêm, além da data e local, o nome do batizando, dos pais e dos padrinhos, que possivelmente foram escolhidos pelos pais. Neste sentido, quando no cruzamento de fontes é possível observarmos o travamento de alianças que buscavam reforçar as redes de sociabilidade entre os pais da criança e os padrinhos escolhidos

<sup>18</sup> COSTA, Iraci del Nero da. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. In: *LPH/Revista de História*, 1: 46-54, 1990, p. 46.

expressando uma relação ritual de convivência e de troca de interesses.

Deste modo, o apadrinhamento revelava alianças constituídas através do ritual cristão do batismo. Estas alianças, muitas vezes, podem revelar aspectos sociais, políticos e econômicos partilhados pelos agentes envolvidos nos rituais. No caso das alianças seladas através do batismo, Sílvia Brügger chamou a atenção para a importância dos laços reforçados através do apadrinhamento que aproximava a família do batizando a pessoas de sua igualha. Nas palavras da autora, “[...] a análise conjunta dos dados [...] reforça a idéia de que o compadrio tendia a ligar a família do batizando a pessoas situadas num patamar equivalente ou superior da hierarquia social.”<sup>19</sup>

Além disto, há a possibilidade de observarmos a sintonia da legislação civil e eclesiástica também comentada por Sílvia Brügger ao afirmar: “(...) sendo as crianças batizadas, filhas de uniões não sancionadas pela igreja, no registro paroquial, só deveriam constar os nomes de seu pai e de sua mãe, em caso de não haver escândalo.”<sup>20</sup>

No caso dos registros de casamentos, também podemos observar estas mesmas redes de sociabilidade através das famílias dos cônjuges envolvidas nas núpcias, pois no período colonial

e posterior eram comuns os contratos matrimoniais, nos quais as famílias buscavam se unir para ampliarem sua fortuna com pessoas de posses semelhantes e/ou conservarem seus bens no seio familiar. Diante das informações existentes nestes registros é possível conhecermos os dados principais dos familiares do casal, além da identificação como data e locais de realização dos casamentos.

Para os óbitos, além de permitirem a percepção acerca da hierarquização social, da mesma forma que os demais registros, estes ainda fornecem mais ou menos informações dependendo da condição social do indivíduo, e ainda nos dão ideia da presença de epidemias constatadas nas causas das mortes. No aspecto cultural, também nos permite perceber as crenças religiosas e devoções do falecido, na medida em que são cumpridos alguns rituais de morte em função da pertença a alguma irmandade ou por meio de determinações testamentárias.

Os inventários<sup>21</sup> trazem informações de cunho pessoal e familiar, revelam o perfil econômico que possibilitam a análise da cultura material do indivíduo. Tais documentos permitem o desenvolvimento de estudos em termos econômicos, sociais, culturais e políticos, embora revele informações predominantemente econômicas. Conforme Júnia Furtado, “os inventários descrevem o patrimônio

<sup>19</sup> BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 293.

<sup>20</sup> BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – família e sociedade* – São João del-Rei, séculos XVIII e XIX. Tese de doutorado. UFF. Niterói, 2002, p. 78.

<sup>21</sup> É importante considerarmos que os inventários eram feitos somente por aqueles que possuíam bens, neste sentido, o contato com esta fonte reflete parcialmente a sociedade.

de um indivíduo e, por isso, são de natureza predominantemente econômica, sendo ricos testemunhos da cultura material de uma sociedade.”<sup>22</sup> Assim, estes documentos contêm ricas informações sobre a cultura material e outros aspectos da vida do falecido, são denominados inventários *post-mortem*, pelo fato de se referirem aos procedimentos legais do patrimônio material após a morte do indivíduo. Segundo Júnia Furtado, o inventário não se refere apenas, “à listagem dos bens contida no processo de partilha, mas o processo judicial como um todo que registra por escrito os atos necessários para realizar a divisão dos bens entre os herdeiros.”<sup>23</sup>

Estes documentos também contribuem para percebermos a hierarquização presente na sociedade, a origem e organização familiar através das alianças matrimoniais comuns no século XIX. E ainda, em relação à família do inventariado, contribui para a observação da trajetória familiar por meio dos autos de contas de tutela e a mobilidade e dispersão dos herdeiros expressas nas procurações anexadas ao documento. Na análise da cultura material, podemos perceber a recorrência das devoções, o grau de instrução, a atividade econômica exercida pelo falecido e sua família, os tipos de vestimenta, hábitos pessoais etc. Outro dado importante que pode ser percebido

nos inventários são as redes de sociabilidade desenvolvidas pelo inventariado<sup>24</sup>, as quais podem revelar as relações de poder construídas ao longo do tempo.

Em relação à composição do documento, os inventários contêm nas páginas iniciais a identificação pessoal e no auto de inventário ou juramento do inventariante a data do falecimento, se fez ou não testamento, seguido do rol dos filhos. No caso do falecido ter feito testamento, este é anexado nas páginas seguintes. Em seguida, os bens são listados e avaliados, isso depois de ter procedido legalmente o juramento dos avaliadores. Os bens são divididos em categorias específicas, sendo apresentados quase sempre na seguinte ordem, os trastes ou bens móveis (que representam os objetos pessoais, utensílios domésticos, jóias etc.); os animais ou semoventes (vacas, novilhos(as), bestas, cavalos, porcos etc.); os escravos (estes são informados com os nomes, nação, idade, estado civil e valor); e os bens de raiz, (que correspondem às terras, casas, sítios, fazendas e benfeitorias). E, por fim, a relação das dívidas ativas e passivas, contendo os nomes dos credores ou devedores e algumas vezes a razão das dívidas. Nos inventários mais simplificados, logo após a declaração dos bens, acontece a partilha

<sup>22</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunha da vida. In: PINSKI, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. (org.). *O historiador e suas fontes*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 105.

<sup>23</sup> Idem. 2011. p. 103.

<sup>24</sup> Inventariado é o nome atribuído ao falecido e inventariante representa a pessoa que assume o procedimento do inventário. Geralmente este último é alguém próximo do convívio do morto, podendo ser a viúva ou viúvo, filhos, demais parentes e/ou pessoas ligadas ao falecido. No caso de não haver parentes ou herdeiros que assumam o procedimento do inventário este tinha que ser realizado por um Juiz de Órfãos.

dos mesmos entre os herdeiros seguida da quitação e ou abstenção da herança.

É importante destacarmos que os inventários são permeados por petições, estas podem ser feitas pelo inventariante, herdeiros, credores e/ou outras pessoas, e são anexadas ao documento por diversos motivos. Observarmos as petições é fundamentalmente importante na prática da pesquisa, pois através delas percebemos a história da composição do documento. Elas representam uma bússola na compreensão das nuances e alterações dos inventários. Outro elemento que constitui estes documentos são os autos relativos à praça pública, que são realizadas no caso da necessidade da venda dos bens. Podemos também encontrar procurações, habilitações de herdeiros, contrariedade manifestando algum litígio ou demanda, e justificativas, estas últimas podem ser produzidas por diferentes pessoas motivadas por razões diversas, como exemplo podemos destacar uma justificativa da viúva na intenção de assumir a tutela dos filhos.

Os testamentos, por sua vez, contêm relatos individuais que exprimem a crença, valores, hábitos pessoais e ainda podem exibir modos de vida coletivos. Contém disposições pessoais e eram geralmente escritos na presença da morte do testador.<sup>25</sup> Segundo Eduardo Paiva, são relatos individuais que não raro, ex-

pressam modos de viver coletivos e informam sobre o comportamento, quando não de uma sociedade, pelo menos de grupos sociais.<sup>26</sup> A análise deste tipo de fonte nos possibilita conhecer o testador por meio de seus dados pessoais tais como: naturalidade, filiação, residência etc. Sobretudo, nos fornecerá através da fala, as manifestações pessoais de cada um, sejam elas espirituais ou relacionadas às práticas do cotidiano. Segundo Bacellar, o testamento é um tipo de documento que permite adentrar no mundo das crenças e das visões de mundo de um indivíduo, é uma forma de perceber seus interesses materiais ao favorecer herdeiros, sejam eles parentes ou conhecidos.<sup>27</sup> “Revelam também nobres atitudes e sentimentos – benevolência, piedade, estima, gratidão e reconhecimento,” conforme acrescentou Eduardo Paiva.<sup>28</sup> Deste modo, as fontes, ainda que limitadas, permitem entrever a trama das relações sociais e as diversas facetas do comportamento humano.

Neste sentido, representam também um instrumento que revela a hierarquização social, bem como o inventário. Através deles, também é possível percebermos a origem e a organização familiar do testador. Por sua natureza peculiar expressa os modos de vida nos aspectos econômicos, social, cultural e político, e

<sup>25</sup> No caso deste documento, testador é a pessoa que escreve ou dita o seu testamento, enquanto testamenteiro designa a pessoa nomeada pelo testador para cumprimento de suas disposições e última vontade.

<sup>26</sup> PAIVA, Eduardo França. Discussão sobre fontes de pesquisa histórica: os testamentos coloniais. *Revista de História*. Nº 04, 1993. UFOP.

<sup>27</sup> BACELLAR, Carlos. Op. Cit, 2006, 36.

<sup>28</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias e resistências através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. p. 40.

ainda revelam as redes de sociabilidade tecidas pelo falecido ao longo da vida.

Quanto à sua composição, as páginas iniciais contêm a identificação pessoal, seguida de uma petição feita pelo testamenteiro e a cópia original do testamento. Depois do testamento, segue a sua aprovação (na qual contém a residência e condição de saúde do testador); a abertura (que traz em si a data do falecimento); algumas raras vezes contêm o rótulo ou fecho (no qual se encontra, algumas vezes, a cor do indivíduo, além da sua residência) e, por fim, a aceitação (termo feito pelo testamenteiro no sentido de aceitar as atribuições das contas da testamentária). Ao longo do documento, observamos as contas testamentárias que revelam o cumprimento das disposições pias, as cobranças de legados pelos herdeiros e demais legatários, a cobrança de dívidas por pessoas ou associações como Irmandades etc. neste tipo de documento também se torna importante observarmos as petições que existem ao longo do mesmo e orientam o processo. E, por fim, as custas e sentença final das contas da testamentárias e outros.

Algo indispensável para o historiador na atividade de pesquisa é o método de cruzamento das fontes, através deste há a possibilidade de construirmos hipóteses mais bem definidas acerca do passado. Neste sentido, há a necessidade de definirmos na construção do conhecimento histórico os documentos principais e secundários. No entanto, não há como cristalizar a prioridade na documentação, muitas vezes a fonte selecionada como secundária, pode

se tornar a principal. Nesta perspectiva, conforme Marc Bloch, “seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documento, específico para tal emprego”.<sup>29</sup> Somente através da análise de vários tipos de documentos é possível construirmos o conhecimento de modo mais preciso. As informações adquiridas por meio de documentos diversos conferem ao trabalho acadêmico traços qualitativos e seguros no que se referem ao indivíduo ou grupo, objeto de estudo, e ainda há uma concepção mais acautelada da sociedade analisada.

#### Referências bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos e outros. (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. p. 133.

<sup>29</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 2001, p. 80.



- \_\_\_\_\_. Minas Patriarcal – família e sociedade – São João del-Rei, séculos XVIII e XIX. Tese de doutorado. UFF. Niterói, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma Introdução a história*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- COSTA, Iraci del Nero da. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. In: *LPH/Revista de História*, 1: 46-54, 1990.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunha da vida. In: PINSKI, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. (org.). *O historiador e suas fontes*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos e outros. (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PAIVA, Eduardo França. Discussão sobre fontes de pesquisa histórica: os testamentos coloniais. *Revista de História*. Nº 04, 1993. UFOP.
- \_\_\_\_\_. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PEREIRA NETO, André de Faria. O uso de documentos escritos no ensino de história: premissas e bases para uma didática construtivista. In: *História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História*. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina – vol, 1 (Abr. 1995) Londrina: Ed. UEL. 1995.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & documento e metodologia de pesquisa*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 48.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 158.

